

ARQUEOLOGIA DO BAIXO SUL DA BAHIA: CONDICIONANTES ESPACIAIS NA IMPLANTAÇÃO DE ENGENHOS DE AÇÚCAR

Luydy Abraham Fernandes*
Carlos Alberto Santos Costa*

Resumo

Os trabalhos de levantamento, prospecções e resgate de sítios arqueológicos ao longo do trecho da construção da BA-001, entre Itacaré e Camamu, permitiram o conhecimento de um considerável número de sítios de diversas tipologias. Ao longo dos cerca de 48,1 km foram abordados sítios rurais coloniais, indígenas de contacto, aldeias e, em especial, engenhos de açúcar. Dessa forma, de um montante de seis sítios desta última categoria foram extraídas informações e se pôde traçar um quadro acerca das transformações na implantação desse tipo de empreendimento mercantil. Um dos fatos relevantes sobressaltados da pesquisa de campo aponta para as formas de instalação ao longo do tempo. Confrontando os primeiros engenhos estabelecidos com os posteriores, nota-se claramente o afastamento daqueles em relação à orla, ao passo que os últimos preferencialmente assentaram-se na linha da maré, construindo, inclusive, cais para escoamento da produção. Pretendemos com

* Professores do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CAHL/UFRB). Pesquisadores do Grupo de Pesquisa Bahia Arqueológica da FFCH/UFBA e do Grupo de Pesquisa Arte e Patrimônio do CAHL/UFRB.

esse artigo, além de descrever os contextos, tentar compreender as motivações e condicionantes que levaram a tais diferenças nas posturas de ocupação do mesmo território, por formas semelhantes de exploração do ambiente, indicando assim, como outros fatores locais e ideológicos conformam uma prática produtiva comercial comum à economia colonial.

Palavras-chave: Engenho de açúcar; arqueologia espacial; Baixo Sul da Bahia.

Abstract

The surveying, prospecting and preservation of archaeological sites along the route where state highway BA-001 is under construction between Itacaré and Camamu have enabled the study of a considerable number of sites with a wide range of typologies. The sites found over the course of roughly 48 km include rural colonial settlements, indigenous contact sites, villages, and particularly, sugar plantations. As a result, sufficient information has been obtained from six of the latter sites to outline a framework for determining the changes that this type of commercial venture underwent. One of the most important findings of this field study indicates that plantations were established differently over the course of time. When comparing the first plantations with later ones, we clearly perceived that they were originally established further from the coast, whereas more recent plantations were situated on the shoreline, where docks were even built to ship their products to market. The aim of this paper is to describe the contexts of these plantations, as well as to attempt to understand the motivations and factors that led to such disparate ways of occupying the same territory for similar purposes of exploiting the environment, thereby indicating how

other local and ideological factors influenced a common practice for commercial production in Brazil's colonial economy.

Keywords: sugar plantation, special archaeology, Southern Bahia Lowlands.

Os trabalhos de prospecção e resgate arqueológicos efetuados para a implantação do trecho da estrada estadual BA-001, entre a cidade de Camamu e Itacaré, ambas na região Baixo Sul da Bahia, possibilitaram a localização de vinte e um sítios (Fernandes & Costa, 2006) com a posterior escavação de doze sítios (Costa, 2008; Fernandes, 2007), indicados e resumidamente classificados. Na tabela abaixo estão destacados em negrito os sítios de que trata o presente trabalho. Na coluna “abordagem”, aponta-se o tipo de intervenção feita para cada um dos sítios.

Tabela 1 – Lista dos Sítios da BA-001.

Sítio	Tipo	Abordagem
Camamu 1	Colonial	Escavação
Camamu 2	Colonial	Escavação
Camamu 3	Colonial	Escavação
Camamu 4	Colonial	Cadastros
Pedra Rasa 1	Contacto (Tupi – Colonial)	Escavação
Pedra Rasa 2	Tupi	Escavação
Pedra Rasa 3	Tupi	Escavação
Ladeira do Quararã	Colonial	Escavação
Pedreira	Aratu – Colonial	Escavação
Fonte d'Água	Colonial	Cadastros
Santa Inês (Igreja)	Colonial Jesuíta	Escavação
Santa Inês (Engenho)	Colonial Jesuíta	Cadastros
Engenho da Princesa Isabel	Colonial	Cadastros
Engenho Quitungo	Colonial	Cadastros
Engenho Noviciado	Colonial	Cadastros
Engenho Tiembé	Colonial	Cadastros
Jeribacaçu	Colonial	Escavação
Sete Estrelas	Colonial	Escavação
Engenho Riode Cortas	Colonial	Escavação
Engenho Taboquinhas	Colonial	Cadastros
Fontes (cidade Camamu)	Colonial/Imperial	Cadastros

Para além de permitir o conhecimento da ampla zona investigada, abrangendo ambientes distribuídos ao longo de 48,1 km lineares (figura 1) e trazendo à tona um mínimo de subsídios para o conhecimento dos episódios de ocupação daquela parcela litorânea da região do Baixo Sul baiano, para a qual havia tão somente um único registro no IPHAN (Cadastro do sítio Engenho Rio de Contas), ficou destacada a localização de um tipo determinado de contexto arqueológico (Costa, 2008; Fernandes, 2007). Referimo-nos aos sítios comumente designados por engenhos de açúcar. Quanto a esse tipo de sítio é notória na bibliografia a prevalência de tais instalações produtoras destinadas ao mercado externo em toda a costa Nordeste e, em particular, no Recôncavo da Bahia, ali numerosos desde o final do século XVI (Cardim, 2000; Garcez, 1992; Leite, 1945; Soares de Souza, 2000 [1587]). Para essa porção da costa, ao sul da cidade do Salvador, os registros documentais textuais e iconográficos são restritos, quando não quase completamente omissos, ao tratar da existência de instalações de fabrico de açúcar. Todavia, esses documentos deixam perceber que existiam engenhos estendendo-se desde o sul do Morro de São Paulo, na ponta norte da ilha de Tinharé, até antes da Capitania de São Jorge dos Ilhéus. Mais precisamente até a iminência da barra do rio de Contas, sede da então

Vila de São Miguel, hoje cidade de Itacaré. Mesmo assim, tais documentos não os quantificam, não os nomeiam e muito menos os posicionam (Campos, 2006). Agora, por meio dos levantamentos históricos¹ desenvolvidos em paralelo à campanha arqueológica, no Arquivo Público do Estado da Bahia, recolhemos notícias de vinte engenhos na Comarca de Ilhéus, dentre os quais seis na barra do rio de Contas. Portanto, comparando-se essa primeira quantificação decorrente do levantamento documental de vinte instalações com os apenas seis engenhos encontrados ao longo do traçado da BA-001, confirma-se o elevado potencial do Baixo Sul para as pesquisas arqueológicas envolvendo essa forma de aproveitamento do ambiente.

Para efeitos de situação espacial do leitor, apresentamos a seguir um mapa com todos os sítios plotados (figura 1). Percebe-se que eles se estendem ao longo do eixo da nova via, pois foi essa obra que forneceu a oportunidade de identificá-los e isso, mais que qualquer outra relação espacial, temporal ou tipológica, foi o fio condutor que os reuniu dentro de um único estudo. As demais estações afastadas do trajeto da estrada foram reconhecidas nas áreas de jazidas ou de caixas de empréstimo, pontos na paisagem que também foram alterados com as obras e, por isso mesmo, alvo da observação e prospecção arqueológicas.

¹ Seção Colonial - Matrícula de engenhos da Capitania da Bahia; período – 1807; maço 632.

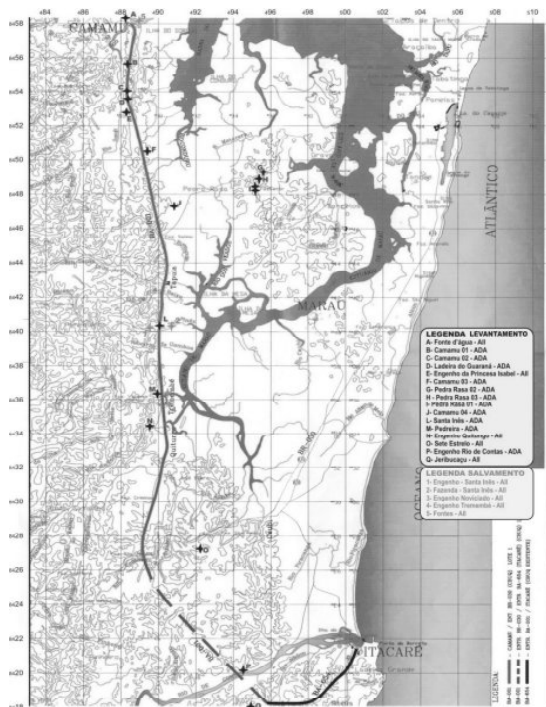


Figura 1 - Plotagem de todos os sítios localizados nas etapas de levantamento e salvamento para as obras da BA-001, trecho entre Camamu e Itacaré, excetuando o sítio Engenho Taboquinhas, mais ao sul deste recorte cartográfico. Traçado e plotagem de sítios sobre carta cedida pelo empreendedor (DERBA): AI – Área não afetada pelas obras; ADA – Área afetada pelas obras.

I. Procedimentos Teórico-metodológicos:

Como os sítios tratados no presente artigo derivaram de um trabalho de salvamento, desenvolvido por uma equipe de pesquisadores do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA), a metodologia usada para a sua descoberta derivou da metodologia geral adotada pelo MAE nesses casos. Particularmente, a obra em questão era uma estrada estadual que seguiu, em mais de 50% do seu trecho, uma antiga via vicinal de terra transitável ape-

nas na estação seca. Assim sendo, os procedimentos usados nas prospecções intensivas em obras lineares foram os seguintes:

- 1) levantamento bibliográfico e cartográfico da região;
- 2) caminhamento total com varredura visual de superfície no decurso do eixo demarcado do trecho de 48,1 km;
- 3) abertura de uma sondagem (uma quadra com 50 x 50 cm de abertura e pelo menos 50 cm de profundidade) a cada 60 m, alternado-se ora à esquerda, ora à direita, dentro do limite da faixa de domínio de 40 m, com peneiramento dos sedimentos escavados em malha de 6 mm;
- 4) prospecções oportunistas durante o caminhamento, observando cortes, erosões, estradas e caminhos derivados, bem como qualquer outro tipo de interferência que expusesse as camadas do solo;
- 5) entrevista com os moradores encontrados na faixa de domínio da estrada;
- 6) levantamento de informações orais com a população das áreas urbanas, vilas e áreas rurais dos municípios cortados pela estrada, operação esta realizada por uma segunda equipe em campo, destinada especificamente a essa tarefa.

Por meio do último procedimento foram localizados os sítios Engenho Santa Inês e Engenho Quitungo, independentemente confirmados pela equipe do caminhamento.

Na segunda etapa, ou seja, no salvamento propriamente dito, quando foram feitas as escavações detalhadas, o critério de escolha de qual sítio seria abordado derivou da sua situação em relação à obra de engenharia. Portanto, somente os sítios que seriam irremediavelmente destruídos foram alvos das intervenções em profundidade. Para os sítios fora des-

sa área diretamente afetada, a equipe de campo realizou o cadastramento e a observação atenta da sua implantação na paisagem, bem como quais estruturas e qual cultura material estavam evidentes em superfície, de modo a usar tão somente esses dados disponíveis para as análises posteriores. Tal procedimento baseia-se na concepção vigente de que sítios de tamanha relevância não devem ser abordados sem uma preparação prévia e sem critérios sólidos que justifiquem e norteiem a sua escavação. Nesse sentido, segue a concepção de preservação de sítios com alto potencial científico. Vale destacar que a equipe do MAE sensibilizou os administradores e responsáveis pela construção da estrada, para a preocupação de desviar o traçado de sítios considerados mais relevantes. Em comum acordo, quando foi possível e a topografia do terreno, bem como as restrições técnicas, não impediram, os nossos pedidos foram atendidos.

Em decorrência, apenas um dos engenhos precisou ser escavado e a pormenorização dessa campanha será tratada de modo detalhado em outro artigo científico (Costa, no prelo). Trata-se do Engenho Rio de Contas, situado coincidentemente numa das cabeceiras da ponte a ser construída sobre o rio de mesmo nome. Com o avanço dos trabalhos da obra viária e com as investigações geológicas efetuadas para avaliar a capacidade de suporte do substrato rochoso naquele ponto, a edificação da ponte foi descartada dessa posição. De tal sorte que o engenho não sofrerá a destruição, permanecendo como testemunho para futuras pesquisas de equipes melhor preparadas teórica e metodologicamente.

Cabe ainda, como parâmetro teórico-metodológico, discutir o conceito do ter-

mo “engenho”, bem como as formas como pode ser empregado. À primeira vista, a idéia convencional de engenho necessariamente engloba instalações como a casa grande, a capela, a moenda, a fornalha, a área de purga e a senzala, conjuntamente formando uma grande unidade de estreitas relações de trabalho servil, domésticas e comerciais (Freire, 1944). Contudo, tanto a documentação consultada como os contextos arqueológicos demonstram que isto é uma idealização, haja vista encontrarmos situações em que a unidade de produção se encontra isolada, sem qualquer relação com áreas de habitação ou religiosa. Exemplo disto ocorre no vale do rio de Contas, no município de Itacaré, no qual é possível se encontrar vestígios arqueológicos de grandes, médias e pequenas estruturas de produção açucareira, que eram reconhecidas como engenhos oficiais², distantes dos outros espaços construtivos idealmente esperados.

Outra maneira de se definir o termo engenho está diretamente ligada, na documentação, à forma com que se esmagava a cana (Gandavo, 1980 [1576]: 26). Assim, quando estas estruturas são contadas a referência está ligada à sua força motriz, sendo listados o número de engenhos movidos à água e quantos são de tração animal (Gomes, 2006: 37). Percebe-se que esta contagem está focada, como dissemos, no mecanismo de extração da garapa, somente isto, e não revela o conjunto de edifícios com funções distintas.

Nossa experiência na região do Baixo Sul da Bahia confirma estas configurações isoladas. No caso do município de Camamu, nas áreas ocupadas pelos jesuítas, ocorre que as unidades de produção estão distantes dos setores religiosos e das

² Tratam-se das unidades de produção oficialmente registrada nos livros de Matrícula de engenhos da Capitania da Bahia, depositado no Arquivo Público do Estado da Bahia.

áreas de habitação. Estas últimas, por sua vez, apenas se assemelham com as áreas de habitação do conceito ideal pela funcionalidade, mas não pelas relações sociais que se estabeleciam neste espaço, na medida em que para o conceito ideal a área de habitação configurava espaço familiar e, no caso que identificamos, o espaço de habitação corresponde ao de reclusão religiosa.

Contrariamente, uma outra situação apresentada por Geraldo Gomes, aponta que “via de regra, a força motriz do engenho era a água ou a animais. Uma opção excluía a outra, a não ser em casos excepcionais de senhores de engenho muito poderosos que faziam coexistir as duas fontes de energia” (2006: 32). Do ponto de vista arqueológico, como seria tratada esta realidade? Como se fossem duas diferentes áreas de produção, quer dizer dois ‘engenhos’, ou seria possível perceber que se tratava de um só, sem o apoio da documentação histórica?

Essa indefinição do conceito engenho influencia a identificação do sítio arqueológico, de maneira a entendermos que a realidade de campo será um dos fatores determinantes para esta construção conceitual. A forma na qual nos baseamos para conceituar os sítios oriundos destas unidades é relacionar três diferentes fatores: a força motriz (água); a área de produção (moenda, fornalhas e purga); e o escoamento de produção (cais). Optamos por esta forma de observar os contextos arqueológicos, uma vez que os dados empíricos autorizaram a esta leitura, pela qual construiremos o lastro das conclusões.

Por fim, cabe esclarecer que nosso intuito neste artigo, não é fazer uma apresentação exaustiva acerca da literatura sobre engenhos, até porque, se assim procedêssemos estaríamos nos colocando na condição de meros replicadores de dados.

Em face disso, para não sermos omissos ao conhecimento já produzido e específico do tema, recomendamos, veementemente, a leitura de *História Econômica do Brasil (1500/1820)* de Roberto Simonsen (1978), de *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial* de Stuart Schwartz (1995), de *Engenho e Arquitetura* de Geraldo Gomes (2006), de *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre (1944), de *Arquitetura do Açúcar* de Esterzilda Berenstein de Azevedo (1990), dentre outros. Neste sentido, acreditamos que a principal contribuição deste artigo é apontar para os contextos localizados numa faixa litorânea do Baixo Sul da Bahia, tornando possível o conhecimento de informações ainda não tratadas na bibliografia disponível.

II. Ambientação

Observando a geografia do Baixo Sul é perceptível a sua configuração em ria, com o mar penetrando longa e radialmente à linha de costa, desenhando extensos e navegáveis estuários. Aquele de maior destaque é conhecido como estuário de Maraú, franqueando o acesso a atual cidade homônima, presente ao seu fundo. Ainda podemos apontar os estuários de Camamu, composto por uma sucessão de outros menores que ali deságuam, a exemplo do rio Conduru. Tal conformação conjuga alguns dos principais fatores facilitadores, necessários e indispensáveis ao empreendimento açucareiro, um dos mais rentáveis durante a colonização. São eles: 1) a possibilidade de escoamento da produção por via marítima; 2) a proteção portuária obtida pela intrincada rede de canais interligados e justapostos, construindo um emaranhado labiríntico somente conhecido pelos regionais; 3) o acesso à foz de vários pequenos e médios rios, onde a topografia local convidava ao uso da força motriz hidráulica; 4) a extensão de ter-

ras férteis para o cultivo da cana e a relativa proximidade do centro urbano de Salvador.

A título comparativo, caso queiramos observar os outros centros de florescimento voltados a esse tipo de produção, conseguiremos neles identificar idênticas características acima arroladas (Antonil, 1982; Guimarães et al, 2003; Guimarães et al, 2005). Estão dentro dessas 'especificações' tanto o Recôncavo³, como os canais situados entre a ilha de Tinharé e a ilha de Boipeba, logo ao norte da zona em questão. Esses dois amplos espaços somados ao trecho pesquisado compõem, de norte para sul, a sequência de reentrâncias notáveis presentes na costa do estado, quase de forma ininterrupta, de Salvador a Itacaré, conforme se pode apreciar em qualquer carta marítima. Assim sendo, e agora olhando e retornando com esses parâmetros sobre a paisagem para o contexto ora reconhecido, compreendemos a preferência e intensidade com que foram encontradas as ditas instalações produtoras na área pesquisada. Também nos é permitido, sob essa pré-suposta luz contextual, tomar a ausência de documentação iconográfica a partir de um outro enfoque, propositadamente visando o não conhecimento e a não divulgação pública desse conjunto de engenhos. Uma ocultação intencional de tal forma permitiria evitar ataques como os acontecidos nas praças de Salvador e do Recôncavo, bem como ludibriar, ao menos parcialmente, o afã fiscal da Metrópole.

Feitas as considerações preliminares e de inserção dentro da paisagem cultural, gostaríamos de abordar alguns casos específicos, encontrados quando das escavações e aprofundamento das pesquisas em pauta, descrevendo as instalações re-

lacionadas a engenhos de açúcar, localizadas durante as campanhas da BA-001, trecho Camamu a Itacaré. Destaca-se que tais contextos, à exceção do Engenho Rio de Contas, não foram escavados, posto não serem afetados pelas obras da estrada.

III. Breve Histórico da Área

De acordo com a historiografia oficial, o primeiro engenho de açúcar ocorreu no território brasileiro em 1533, fundado em São Vicente por Martim Afonso de Sousa (Simonsen, 1978: 96). No entanto, dados arqueológicos provenientes do sítio Engenho do Itacimirim, em Porto Seguro, Bahia, sugerem que a produção açucareira teria se iniciado naquela região por volta de 1520 (Etchevarne, 2000).

Especificamente no Baixo Sul da Bahia, região compreendida entre a baía de Camamu e a foz do rio de Contas, a história desta localidade tem como marco temporal a doação da Capitania de Ilhéus, feita por sua Majestade El Rey de Portugal a Jorge de Figueiredo Correia, escrivão e historiógrafo da Coroa, em 26 de junho de 1534 (Campos, 2006: 21). A extensão da Capitania de São Jorge dos Ilhéus é uma questão pouco clara, visto que seus limites não foram estabelecidos com precisão. Sabe-se que seu território se estendia "(...) dos Ilhéus até ao sul da barra da Bahia, sem que na doação viesse a raia dessa capitania com a anterior" (Freire, 1998: 7). A doação configurava um direito eterno para o donatário e seus descendentes diretos e indiretos. Neste contexto, o donatário da Capitania, Jorge Figueiredo Correia, poderia nomear ouvidores, fundar vilas, exercer a justiça em seus domínios, ter direito sobre o valor de metade da dízima do pescado e redízima do que fos-

³ Aliás, o Recôncavo configura a maior das baías do nosso litoral e uma das mais amplas do globo, desse modo, o lugar privilegiado a partir do qual ocorreu a interiorização da ação colonial.

se direito do Rei e da Companhia de Jesus (IBGE, 1957: 264). A doação permaneceu por apenas uma geração na família Correia, uma vez que o filho do donatário, Jerônimo Alarcão, vendeu a Capitania a Lucas Giraldes que a passou, por dívida, às mãos de Helena de Castro, esposa de D. João de Castro.

Segundo informa Angelina Garcez (1992), parte desta sesmaria foi doada por Jorge Correia aos Srs. Mem de Sá e Francisco Bittencourt. Essa sesmaria media 12 léguas em quadra, iniciando na Barra do rio Boipeba até o rio de Contas (Garcez, 1992: 39). Ainda de acordo com esta autora, parte da sesmaria dos Ilhéus passou às mãos dos Padres Jesuítas, em 27 de janeiro de 1563, por doação de Mem de Sá, confirmada em seu testamento. Neste documento estão descritas as 12 léguas de terra que ficavam entre rio de Contas e Camamu. Em uma demarcação posterior, datada de 20 de setembro de 1563, conseguida pelos jesuítas junto ao Ouvidor da Bahia, Martins Leitão, a extensão das terras cresceu consideravelmente de 12 para 22 léguas. A sesmaria está assim descrita:

(...) desde a praia de Itararé no Boqueirão do Riacho Urucuritiba, duas léguas ao sul da Barra do Rio de Contas – embora a sesmaria corresse da dita Barra para o norte – até a embocadura do Rio Jequié na ponta dos Castelhanos (Garcez, 1992:40).

Nestas terras administradas pelos Jesuítas foram instalados dois engenhos de grande porte. O primeiro, uma fazenda com capacidade para utilização de 200 escravos, com capela para Santa Inês que possuía uma fazendola anexa com capacidade para 50 escravos. Por doação da

Condessa de Linhares, filha de Mem de Sá, os padres da Companhia de Jesus receberam mais duas léguas de terras, ao longo do Rio Sant'Anna, distante cerca de uma légua da vila. Neste terreno instalaram o segundo grande engenho, denominado Sant'Anna ou Engenho da Condessa, com utilização de 300 escravos⁴. Foi permitida a presença de colonos nestas terras, que cultivavam farinha e outros gêneros de primeira necessidade, mas ficavam proibidos de extrair madeiras, pois as mesmas seriam de uso das duas fazendas.

Segundo dados de Serafim Leite, as terras do Camamu foram utilizadas para explorar a produção da cana devido à situação privilegiada de possuir água em abundância. A função dos engenhos da Companhia de Jesus, nas terras brasílicas, era angariar fundos para sustentar os irmãos da Ordem, para as obras do Colégio e da Igreja da Bahia (Leite, 1945: 199-200). A instalação dos engenhos nas terras foi um processo demorado, visto que a doação foi efetuada em 1563 e as obras de construção da fazenda de Camamu só se iniciaram em 1604.

A instalação do engenho e a sua consequente exploração não foram de opinião unânime entre os inacianos. Isto porque, de acordo com as informações de Serafim Leite que pesquisou as cartas ânuas⁵ e pareceres de jesuítas sobre o Camamu, havia uma corrente favorável à instalação de um braço da Companhia na localidade e outro contrário, que considerou excessivos os gastos de construção do engenho, votando pela sua venda com as terras anexas. Após a decisão do Marquês de Pombal de expulsar os jesuítas, em 1759, es-

⁴ Cabe frisar que ambos os engenhos foram localizados durante os trabalhos arqueológicos realizados nas obras da BA-001 (Fernandes & Costa, 2006).

⁵ Registros anuais enviados ao Vaticano, pelas diferentes ordens religiosas espalhadas pelo mundo com relatos detalhados das atividades destes religiosos.

tas propriedades foram confiscadas e desmembradas, sendo as 12 léguas das terras de Camamu arrematadas pelo Sargento-mór Manoel Rodri-gues de Oliveira e pelo Capitão Manoel da Silva Malta e Gaspar Vieira Duarte, em 17 de março de 1763.

Deste momento em diante, os dados históricos que se tem sobre os engenhos indicam que eles eram explorados por produtores locais, como posses em toda a região. Exemplo disto é a família Martins de Lima, dona do engenho Rio de Contas (escavado durante as campanhas), cujas informações estão melhor localizadas geograficamente. Esta família possuía uma grande extensão de terra às margens do rio. Seu engenho era bem equipado, com máquinas movidas à água e cais. Pela leitura e análise dos inventários, concluímos que havia apenas uma unidade de beneficiamento de canas, sendo que existia mais de uma plantação. O açúcar produzido coletivamente tinha sua renda repartida de acordo com a posição do membro dentro da família, sendo que os herdeiros diretos deveriam ter maior direito sobre os lucros que os herdeiros colaterais⁶.

As propriedades pesquisadas não deixaram vestígios documentais posteriores ao século XIX. Da documentação filtrada em arquivos e da pesquisa bibliográfica concluímos que depois do uso intensivo das terras para a exploração da cana de açúcar as propriedades foram abandonadas, não sendo localizados vestígios do

uso destas terras e estruturas construtivas para a exploração cacaeira. Da exploração do cacau que foi forte na região de Ilhéus, no início do século XX, descobrimos apenas uma indicação no inventário de Manuel Martins de Lima que possuía 2000 pés da planta em suas terras.

IV. Descrição dos Contextos:

A partir das configurações constatadas no terreno, apresentamos uma sumária, porém fundamentadora descrição dos aspectos notados para cada uma das estações vistoriadas. Procuramos destacar a forma de implantação na paisagem, bem como buscar marcos cronológicos que pudessem servir como elemento de datação relativa para cada um dos sítios. Obviamente, tais elementos podem não representar o período inicial da instalação produtiva, porém refletem o que foi passível de reconhecimento apenas com a prospecção visual que privilegiou a preservação do contexto, ao mesmo tempo em que buscava subsídios para a sua caracterização. De tal sorte que tais dados possam compor com futuros outros elementos para uma melhor concepção do quadro regional de ocupação desencadeada pelos colonizadores portugueses. Para uma situação espacial sugerimos consultar a figura 1, ao passo que dados relativos a uma percepção cronológica, encontram-se na tabela 2. Seguem, a seguir, as descrições das estações localizadas ao longo da BA-001.

⁶ Foram alguns documentos pesquisados na Seção Judiciária do Arquivo Público do Estado da Bahia: Inventário do Capitão-Mor Manuel Martins de Lima (1876); Inventário de Delfina Martins de Lima (187?); Inventário de Miguel Travassos de Lima (1860); Inventário de Virgínio Martins de Lima (1876).

Tabela 2 - Cronologia relativa postulada para os sítios

Engenho	Tipo	Período	Distância para o rio
Santa Inês	Jesuítico	Sec. XVI	900 m
Princesa Isabel	Jesuítico	Sec. XVII	2.000 m
Noviciado	Leigo	Sec. XVIII	0
Tremembé	Leigo	Sec. XIX	0
Rio de Contas	Leigo	Sec. XVII-XVIII e Sec. XIX	0
Quitungo	Leigo	Sec. XIX	600 m

Engenho Noviciado

O primeiro contexto a ser destacado, trata-se do sítio cuja denominação é Engenho Noviciado (não escavado, apenas cadastrado). Sobre a forma da sua localização podemos dizer que o meio usado para o encontro do engenho acabou por revelar-se o mais produtivo e eficaz naquela região. Partindo da fácil visualização dos restos de um dique de cantaria no leito de um dos estreitos braços do rio Baiano, seguimos em caminhamento (prospecção visual) pelo curso natural até o reconhecimento da tomada d'água aberta para o canal escavado. Presumindo corresponder a um engenho, adentramos o canal apenas parcialmente aparelhado com pedras em um dos lados, rasgado na meia encosta e, cerca de 300-400 metros abaixo, foram avistadas as estruturas do seu curto trecho dotado de aquedutos (figura 2), bem como os demais terraplenos das oficinas e residências. Além destas estruturas foi identificado um sólido cais em cantaria retangular dotado de aterro interno (figura 3), erigido avançando pelo mangue e concedendo o acesso dos batelões até mesmo na baixa-mar.



Figura 2 – Final do aqueduto do engenho (Foto: Luydy Fernandes).

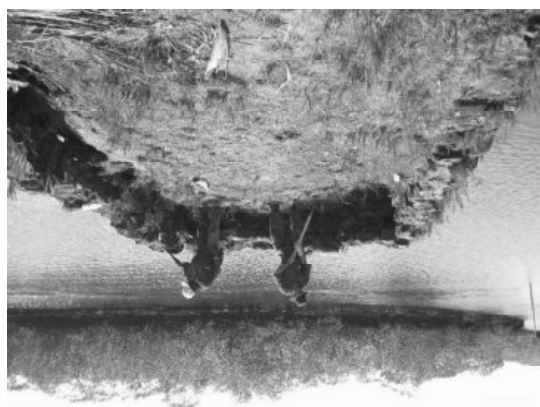


Figura 3 - Cais em cantaria retangular dotado de aterro interno (Foto: Luydy Fernandes).

A análise visual mais detida do trecho suspenso do canal, ou seja, o que identificamos ser o aqueduto, revelou uma readequação ou um reaproveitamento de estruturas edificadas anteriormente. Os tijolos coloniais (Costa, 2005:45-51) que primitivamente, em fieiras, formavam o canal, assentados com argamassa de traço cal/areia/conchas/coral, foram retirados de sobre as colunas de cantaria que os sustinham para que fosse aplicada uma laje de concreto armado (cimento/brita/armação de vergalhões de ferro). Após essa inovação, o novo assoalho mais impermeável passou a compor o aqueduto, reabilitando o engenho a continuar com a sua roda d'água a girar. Certamente tal reforma somente pôde acontecer a partir do

início do século XX, quando a técnica do concreto armado estava disponível.

A observação da cultura material em superfície, ao lado dos terraplenos para as oficinas e demais edificações, mostrava a forte presença de fragmentos de cerâmica vidrada, de longa e continuada produção no Recôncavo e adjacências, de telhas e de cacos de faiança fina (Etchevarne & Macedo Neto, 2000; Tocchetto et al, 2001). As escavações em áreas mais elevadas, realizadas no sítio vizinho (Pedreira), afastadas algumas dezenas de metros da linha de maré e nos topos mais planos das colinas do ondulado relevo regional, revelaram os locais das possíveis residências mais antigas, provavelmente relacionadas ao engenho. Naqueles lugares encontramos apenas faianças portuguesas e demais refugos de construção, neste caso, em profundidade. Tais testemunhos materiais móveis constituem um forte argumento a favor de um engenho implantado ainda em período colonial, em local privilegiado, posto que dentre os ambientes disponíveis nos arredores represente aquele que dispõe dos melhores recursos de acordo com as “especificações” descritas atrás. Tal fator sugere que quando essas construções foram erguidas, pôde-se escolher, na linha da costa, qual seria o local de melhor aptidão para a sua instalação, com o menor dispêndio de recursos possível e o melhor acesso marítimo.

Aliada a uma datação relativamente antiga para a sua construção, fornecida pelas faianças portuguesas nos topos das colinas – relativas ao século XVII e XVIII (Brancante, 1981) – os fragmentos do registro arqueológico subsequentes, ou seja, a quantidade de faianças finas e a constatação de uma técnica construtiva recente, revelam uma persistência no uso do local, adentrando pelo século XIX e atingindo o início do século XX, quando a produção açucareira cedeu lugar ao atual e

ora instável ciclo de exploração agrícola pelo plantio do cacauzeiro, que ali agora domina a paisagem, por debaixo da mata hidrófila que lhe concede a sombra.

Os moradores das imediações são unânimes em atribuir uma antiguidade imemoriável àquelas ruínas, mas não reconhecem a sua função, indicando as suas velhas paredes e alicerces, ocasionalmente, como restos de uma serraria, ou apenas como um antigo galpão, ou então como o “cais de pedra” de uma velha fazenda. As cartas do IBGE, do DSG ou outras disponibilizadas pelo Departamento de Infra-Estrutura de Transportes da Bahia (DERBA) trazem uma alusão a um local muito amplo e indefinido, identificando-o como “Noviciado”. E esse é também um dos nomes pelos quais alguns dos moradores locais já se referiram àquelas ruínas. Mas esse “Noviciado”, a nosso ver, faz referência a outro contexto, particularmente vinculado com os restos de derrube da capela da fazenda Santa Inês, de propriedade dos jesuítas. Trata-se de um complexo de sítios que também pudemos identificar tanto por meio das prospecções intensivas sobre o eixo e faixa de domínio da futura estrada, como através das entrevistas levadas a cabo pela equipe de Levantamento Histórico Cultural. Posteriormente, a pesquisa histórica forneceu os subsídios finais para a confirmação da identificação do contexto descoberto.

Engenho Rio de Contas

Este sítio está situado a cerca de 6 km, ou seja, uma légua da barra do rio de Contas, na sua margem esquerda – precisamente no primeiro local escolhido para o encontro da ponte a ser construída durante as obras da BA-001, e que foi deslocada por várias razões, uma delas, a presença desse engenho de consideráveis dimensões.

Neste sítio, o único escavado entre os abordados neste artigo⁷, as intervenções arqueológicas foram realizadas com o objetivo de obter o maior número de informações que permitissem caracterizar o engenho sem, no entanto, perturbar os contextos arqueológicos identificados, mantendo-os, de modo geral, preservados como testemunho para pesquisas futuras. Optamos por procedimentos que intervissem o mínimo possível nas estruturas. Baseados nestes princípios, realizamos sondagens (em tamanhos padrão de 1x1 m) em pontos estratégicos da ruína, distribuídas regularmente, para, por um lado, conseguir uma amostragem artefactual não viciada (induzida) e, por outro, que representasse todos os espaços observados na unidade de produção. Ao todo foram escavadas 48 m² em sondagens, 30 m² em trincheiras e aproximados 41 m² das áreas dos fornos 1 e 2 (estas constituem os únicos espaços totalmente escavados). Ou seja, foram realizados aproximadamente 119 m² de escavação no setor produtivo do sítio, de cerca de 511 m² disponíveis, pouco mais de 20% da área do sítio. Complementarmente, foi realizada a localização e registro das duas barragens que armazenavam a água que servia como força motriz do engenho, bem como o mapeamento da calha que conduzia a água até a unidade produtiva.

A partir dos elementos acima apontados, constatamos que se trata de uma instalação movida por força hidráulica, com área produtiva de 32x14 m, onde foi possível, durante as prospecções arqueológicas, localizar: as estruturas de duas barragens que formavam tanques de represamento de água a aproximados 600 m do engenho; o canal escavado no terre-

no para conduzir água que alimentava o engenho; as colunas de sustentação do aqueduto; as paredes que suportavam a roda d'água (figura 4); a área de moer; a área de purgar; dois fornos, sendo um com oito bocas e o outro com uma boca (figura 5); e o cais natural. Neste trecho do rio de Contas as águas são favoráveis à navegação de barcos de médio porte, uma vez que oferece calado, ainda sofrendo influência da variação pela maré (Costa, 2008).



Figura 4 – Berço de sustentação da roda d'água (Foto: Carlos Costa).



Figura 5 - Visão do forno de uma boca, onde se vê a entrada da câmara de combustão e parte da área destinada a suportar a fornalha (Foto: Carlos Costa).

⁷ Ressaltamos que este sítio, o único escavado dentre os apresentados, será objeto de um artigo específico, que já se encontra em fase final de produção, onde as intervenções arqueológicas serão pormenorizadas. Ressaltamos que este sítio, o único escavado dentre os apresentados, será objeto de um artigo específico, que já se encontra em fase final de produção, onde as intervenções arqueológicas serão pormenorizadas.

Como é comum nos engenhos desta natureza, sua construção utilizou da topografia do terreno para facilitação de suas atividades cotidianas, a fim de prover o transporte de líquidos, através de canais, por gravidade; isto é, a área de moer encontra-se topograficamente mais alta que o forno, que, por sua vez, está mais alta que a área de purgar, localizada imediatamente ao seu lado. Este fator auxilia a diminuir esforços e acelera a produção, especialmente se pensarmos na operação de transferência da garapa, obtida pelo esmagamento da cana, para os tachos e do melado fervente saído dos tachos para as formas de pão de açúcar.

Os dados arqueológicos obtidos em vinte dias de trabalho de campo permitem afirmar, seguramente, que este engenho teve dois momentos construtivos. O primeiro deles no século XVII-XVIII, apresentou uma planta quadrada (correspondente à área de moer na última configuração), de aproximados 12 m de lado. Para este momento construtivo notamos que oito colunas contornavam o perímetro, cada uma delas composta por tijolos coloniais e argamassa de argila e cal, sem reutilização de materiais, como veremos adiante na diferenciação com o outro momento. Além disto, identificamos as diferentes etapas construtivas, perceptíveis pela justaposição dos alicerces de outro corpo edificado *a posteriori*. Coletamos, também, fragmento de faiança portuguesa na estratigrafia da vala de construção dos primeiros alicerces; fragmento este que frente as suas características (composição e decoração) permitiu a datação relativa obtida do século XVII-XVIII (Brancante, 1980).

O segundo momento refere-se a uma grande alteração que o edifício sofreu no final da segunda metade do século XIX, quando a produção açucareira atingiu o seu ápice e decadência, no final deste século. Esta leitura é possível em função da

evolução da configuração arquitetônica do sítio. Enquanto no cenário nacional o século XIX marca uma decadência da indústria açucareira, os dados arqueológicos demonstram que, contrariamente a este quadro, o Engenho Rio de Contas passava por uma grande ampliação de sua área produtiva, obtendo a planta de 12x31 m. Agora as colunas são compostas por alvenaria mista, com reutilização de tijolos, telhas, fragmentos de forma de pão de açúcar e fragmentos de faiança fina inglesa, padrão *shell edged*, especificamente *blue edged*, produzidos entre 1780 a década de cinquenta do século XIX (Tocchetto et al, 2001: 117). Por outro lado, nas escavações foi localizada uma grande quantidade de fragmentos de vasilhames de formas de pão de açúcar (figuras 6, 7 e 8) em contexto primário (Schiffer, 1972), relacionados ao século XIX.

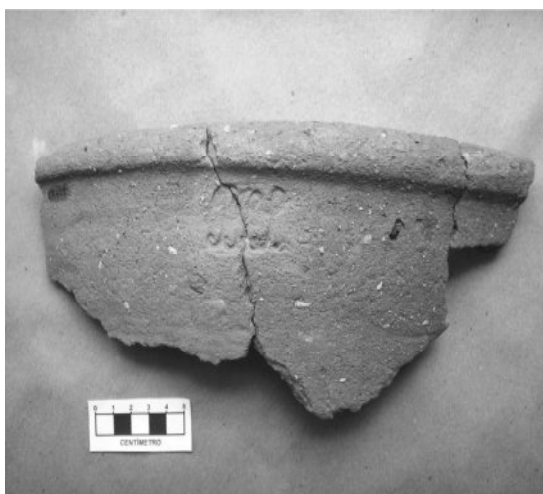


Figura 6 - Borda de uma forma de pão de açúcar (Foto: Fabiana Comerlato).

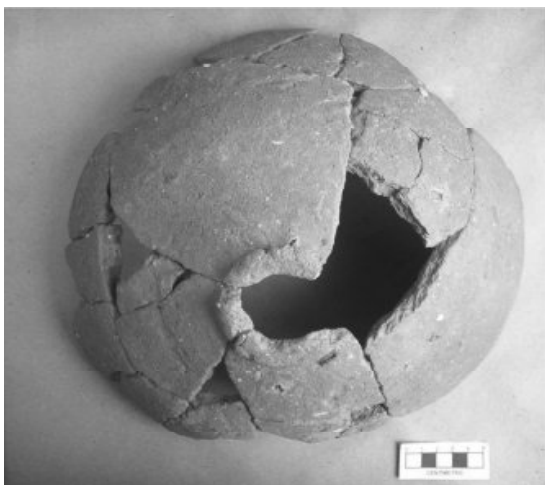


Figura 7 - Funil (base) de uma forma de pão de açúcar (Foto: Fabiana Comerlato).

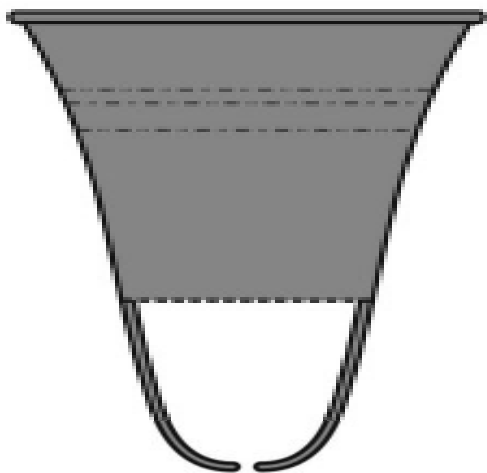


Figura 8 - Reconstituição de forma de pão de açúcar (Desenho: Carlos Costa).

Um dos contextos mais significativos deste segundo episódio de ocupação refere-se aos fornos. Destaca-se o forno 1, que tem dimensões de 12,7x5 m; trata-se de uma grande fornalha, com seis bocas inteiras e uma fragmentada, além da possibilidade de existência de mais outra ao lado desta fragmentada. Construída com tijolos coloniais unidos por argamassa composta por argila amarela com areia e cal, este forno apresenta particularidades

importantes para a seqüência produtiva do açúcar. Primeiro, sua cota topográfica é intermediária às cotas da área de moer (mais alta) e da área de purgar (mais baixa), de maneira que toda a produção era transferida de um setor a outro por gravidade, facilitando a labuta cotidiana. Segundo, os tamanhos das bocas das fornalhas não são iguais; existe uma gradação, na qual a maior boca, com aproximados 90 cm de diâmetro, se encontra mais próxima a área de moer e à entrada da câmara de combustão. Na medida que vai se distanciando desta área as bocas vão diminuindo, até chegar a 60 cm.

Esta característica tem uma lógica comum à própria produção do açúcar. Isto porque o caldo retirado da cana na área de moer era conduzido por gravidade, através de bicas, para a maior boca da fornalha. À medida que o volume do líquido ia diminuindo e se tornando mais grosso em decorrência da vaporização, o caldo era passado com conchas de uma boca da fornalha para outra, até chegar àquela de menor dimensão, quando o açúcar estava pronto preparado para a decantação nas formas de pão de açúcar. Justamente na área destinada às duas maiores bocas da fornalha, a entrada de calor era intensificada a partir de frestas existentes no fundo do forno (figuras 9 e 10). Esta descrição corresponde às fornalhas de tipo “trem inglês” ou “trem da Jamaica”, que aumentava a produção, economizava lenha e eram comuns no Brasil a partir da primeira década do século XIX (Gomes, 2006: 41-42).



Figura 9 - Forno 1, onde se vê as frestas que permitiam o aumento da intensidade de calor nas duas fornalhas de maior dimensão (Foto: Carlos Costa).



Figura 10 - Forno 1, onde se tem uma vista aproximada da área da menor fornalha, que também corresponde a mais íntegra (Foto: Carlos Costa).

Esta descrição cobre uma lacuna apontada por Carlos Magno e colaboradores, na medida em que eles consideram “(...) pouca a atenção dada, nas descrições históricas dos engenhos, às fornalhas. (...) Essas estruturas são um dos principais tipos de vestígios arqueológicos encontrados, que remetem à existência dos engenhos” (Guimarães et al, 2005: 104).

Engenho Tremembé

Situado no povoado de mesmo nome, motivo pelo qual foi assim denominado, esse sítio (não escavado, apenas cadastrado) também sofreu um processo de reaproveitamento, sendo que no local das suas antigas instalações funciona um pequeno restaurante e um incipiente balneário. Possivelmente, a atual construção aproveitou-se em parte da grande oficina da moenda do engenho, sobrepondo-se aos seus alicerces, conforme sugere a observação das construções.

O que é notável numa rápida apreciação é o contexto formado pela barragem de grandes dimensões, o seu paredão de pedras de contenção do braço do rio Baiano, perfeitamente visível da estrada. Seguindo pelo canal de condução da água até o seu final, encontramos a tomada de entrada para a antiga roda d'água, justamente sobre a atual edificação do restaurante/balneário. Ainda se pode apreciar o largo canal de descarga da água que passou pela roda, por sobre o qual há um pequeno pontilhão que dá acesso ao salão do dito restaurante.

A implantação das construções, possivelmente no século XIX, foi realizada de tal maneira que as instalações produtoras ficavam precisamente no limite da barra do riacho para dentro da maré. Assim sendo, a descarga da roda d'água marca o ponto extremo do trecho navegável, acima do qual está o leito rochoso da corrente fluvial. Com essa favorável conjugação de fatores, o porto de serviço poderia se justapor à área de produção, não sendo necessária sequer a construção de um cais, posto que o próprio terreno apresenta um desnível em barranco que permite naturalmente o desempenho dessa função.

Engenho Quitungo

Nas proximidades da pequena povoação do Quitungo e na margem esquerda do córrego chamado de rio da Serra, conforme a cartografia do IBGE, está o engenho que designamos por Quitungo (não escavado, apenas cadastrado). Mantém preservada uma linha composta por seis pilares de sustentação do antigo telheiro, que agora não mais existe. Além dessas notáveis estruturas em tijolo colonial, rejuntados por argamassa de cal e areia, foram confirmadas as presenças de um forno duplo e parte dos canais de condução da água. Conforme informações orais, a pouca distância na direção de montante, encontra-se o “tanque” onde a água era represada e, seguramente, conduzida para as instalações. A cultura material encontrada – ainda que de forma expedita, pois ali, como na maior parte dos outros engenhos, foi feita apenas a observação do contexto, sem intervenções de escavação – aponta para um período concernente ao século XIX.

A distância desse assentamento para o mar, por intermédio do estuário de Maraú, gira em torno de 600 m, avançando por trechos mangue adentro e não há nenhuma notícia de existir, por aquelas cercanias, algum tipo de construção ou instalação que lembrasse ou servisse de cais. Por outro lado, pela proximidade com o Engenho Tremembé, do qual dista apenas 1400 m, é possível que essas oficinas e moenda fizessem parte integrante da mesma propriedade à qual também pertencia o embarcadouro descrito antes.

Engenho Santa Inês

Trata-se de uma parcela do complexo de instalações jesuíticas implantadas nas glebas de terras doadas em testamento pelo Governador Geral Mem de Sá aos inacianos, em 1563, configurando um vas-

to território de 12 léguas, que ia da barra do rio de Contas até o Camamu. Os restos desse engenho não escavado, apenas cadastrado, situam-se na margem esquerda do atualmente denominado rio Santa Inês, que corresponde ao antigo rio da Trindade, conforme a designação dada no século XVII pelos padres da companhia (Leite, 1945). Foi localizado a partir das ruínas da capela de Santa Inês, das quais está afastado apenas por pouco mais de 500 m.

Dessa instalação açucareira percebemos em campo que restam parte da barragem em cantaria amarrada, posicionada em um estreito do dito rio, com uma altura aproximada de 7 m do que hoje é o nível das águas. Nessa espécie de garganta pela qual o rio se insinua são visíveis nas suas laterais, claramente, as pedras bem sobrepostas que continham a torrente. Ladeando e complementando o paredão de pedras existem duas enormes ombreiras de terra com uma altura de mais ou menos 6 m e que se prolongam por dezenas de metros para as laterais, contendo o lago artificial formado e impedindo que a água contornasse a barragem. Esse enorme movimento de terra exigiu o concurso de vários braços para ser executado e em nenhum dos demais barramentos de engenhos vimos o testemunho de um esforço de tamanhas dimensões.

A aproximadamente 900 m dessa barragem está o ponto mais próximo no estuário de Maraú, onde se poderiam ter executado as atividades de embarque/desembarque. Todavia, não observamos nenhuma obra específica para a conformação de um cais ou algo similar para servir a tal finalidade, em contraste com o visto no Engenho Noviciado, dotado de um cais na forma de um aterro murado de pedra, avançando sobre o mangue até abrir caminho para um ponto dentro da maré com calado satisfatório para os batelões.

Engenho da Princesa Isabel

Não escavado, apenas cadastrado, trata-se, cronologicamente, do segundo contexto ligado à produção açucareira pertencente aos jesuítas, conforme a documentação existente. Sabe-se que essa gleba de duas léguas de terra foi doada aos padres pela Condessa de Linhares, filha de Mem de Sá. Ali, distante uma légua da vila de Camamu, ao longo do rio Sant'Anna, hoje designado como rio Sorojó, logo se instalou um novo grande engenho, conhecido como engenho Sant'Anna ou engenho da Condessa, com utilização de 300 escravos (Leite, 1945). Presumidamente, com o passar do tempo, a população regional converteu a designação de Engenho da Condessa para Engenho da Princesa.

Atualmente, visível no terreno está parte de um robusto pilar em alvenaria com argamassa de cal e areia. Nota-se numa das faces desse pilar um pequeno encaixe, talvez para o apoio de alguma viga em madeira pertencente à casa de purga ou da cobertura de outras instalações e oficinas. Além desse testemunho físico existe no local grande quantidade de fragmentos de telhas e tijolos coloniais, parte do canal de condução da água até a moenda de roda e os restos dos apoios dessa mesma roda. Conforme as informações dos moradores da área, rio acima existe uma grande "presa" em cantaria no mesmo rio Sorojó.

Recorrentemente, percebemos a ausência de qualquer construção portuária ou de atracadouro no próprio rio, apesar de não termos investigado mais a jusante. E, para esse engenho, a distância ao mar é bem maior que o primeiro construído pelos padres da companhia. Pelo menos dois quilômetros separam as instalações onde ficava a roda e outras oficinas do acesso ao mar, no caso, o estuário da barra do Condurú que se liga à baía de Camamu.

V. Considerações Finais

A partir dos dados obtidos da visita e prospecções visuais aos sítios e da escavação de apenas um deles – o Engenho Rio de Contas – e levando em consideração exclusivamente os aspectos da escolha do local da implantação de um empreendimento açucareiro, veremos que se observavam, de modo preferencial os seguintes requisitos: 1) a existência de um córrego perene, não muito grande nem acanhado, que possuísse um desnível e uma largura apropriados para o barramento e o desvio parcial da suas águas até a roda motriz que esmagará a cana; 2) um terreno firme, plano e amplo o suficiente para as oficinas, casas de purga, fornos e as demais outras instalações e construções do serviço; 3) terras férteis onde se cultivar a cana; 4) uma via de escoamento da produção, idealmente um porto de acesso direto ao mar, posto que o produto dos engenhos, ou seja, o açúcar, destinava-se essencialmente à exportação ao mercado europeu.

Assim sendo, dentro do escopo das investigações levadas a cabo nesse trecho da BA-001, aqueles sítios que seguiram à letra esse preceituário foram o Noviciado, o Tremembé e o da barra do Rio de Contas, que detêm todas essas características apontadas em seu perímetro imediato. No que tange aos sítios Santa Inês e Princesa Isabel, esses mostram as três primeiras características, no entanto, as distâncias até os seus pontos de embarque são consideravelmente maiores.

Prosseguindo no raciocínio referente à instalação dos engenhos, seria óbvio supor-se que os primeiros construtores, ao chegarem naquelas paragens, tivessem uma ampla gama de escolha, o que lhes possibilitaria selecionar o melhor local, ou seja, o local que reunisse todas as condições favoráveis em benefício da sua obra.

Pois bem, os proprietários iniciais daquelas terras com interesses voltados à edificação de engenhos foram, precisamente, os jesuítas que ali se instalaram ainda antes da chegada do século XVII. E os dois conjuntos de edifícios voltados a esse fim que ergueram os padres da Companhia, não estão posicionados em lugares com saídas ideais para a navegação. Poder-se-ia supor que não tivessem conhecimento dos pontos com tal facilidade, mas, como tanto o engenho Noviciado quanto o Tremembé situam-se a cerca 3,6 km do Santa Inês, tal colocação não se justifica. Se verificarmos em termos de navegação, esses dois engenhos, Noviciado e Tremembé, estão nas barras do segundo riacho ao sul (o rio Baiano deságua em dois braços) da barra onde os inicianos instalaram-se, todos desaguardo dentro do mesmo estuário de Maraú. Portanto, pode-se considerar que não seria difícil conhecer essa região e saber das suas potencialidades.

De fato, o que se percebe desse contexto regional⁸ é que os engenhos posteriores aos jesuíticos buscaram os pontos com acesso ideal, o mais próximo permitido, ao oceano, além das outras premissas necessárias já identificadas. Desta forma, apontamos o caso do engenho Noviciado, onde inclusive foi construído um amplo cais para proporcionar e facilitar o carregamento dos batelões com as caixas de açúcar, forma pela qual eram exportados nos navios.

Uma interpretação preliminar para esse suposto contra-senso deve ser buscada no universo ideológico que presidia e dirigia as atividades missionárias dos padres da Companhia. Do mesmo modo que na ci-

dade do Salvador, na Baía de Todos os Santos, construíram a sua capela no topo da falésia⁹, nas terras do Camamu fizeram os seus engenhos também afastados do mar. Para os leigos que os sucederam, seus outros princípios e valores apontavam exclusivamente para uma busca das facilidades, da maior produtividade e dos menores custos, condicionantes prementes dentro da ótica mercantil que os orientava. Assim seria lógica a aproximação plena destes últimos com o braço de mar local.

Recebido para publicação em abril de 2009.

Fontes Primárias (Arquivo Público do Estado da Bahia)

Seção Judiciária - Inventário – Classificação 02/901/1370/06; Local – Barra do Rio de Contas; Ano-1876; Inventariado – Capitão-Mor **Manuel Martins de Lima**; Inventariante – Manuel Lopes Ferreira.

Seção Judiciária - Inventário – Classificação 07-3175-04; Local – Barra do Rio de Contas; Ano-187?; Inventariado – **Delfina Martins de Lima**; Inventariante – Celestino Martins de Lima (irmão).

Seção Judiciária - Inventário – Classificação -05-2007-2478-03; Local - Salvador (registro em Salvador); Ano – 1860; Inventariado – **Miguel Travassos de Lima**; Inventariante – Manuel Antonio Dias. Obs: com testamento.

Seção Judiciária - Inventário – Classificação -02-901-; Local – Barra do Rio de Contas; Ano-1876; Inventariado – **Virginio Martins de Lima**; Inventariante – Candido José Setuval.

Seção Colonial – Matrícula de engenhos da Capitania da Bahia; período – 1807; maço 632.

⁸ A partir unicamente dos dados disponíveis da intervenção no Engenho Rio de Contas aliada à observação sem a escavação das outras cinco instalações.

⁹ Ou, como disse Edelweiss (1958): “no outro teso”, após os muros da cidade de Salvador, dando as costas para o mar e abrindo suas portas para um terreiro que até hoje os rememora no nome popular de maior aceitação.

Referências Bibliográficas

- ANTONIL, A. J. 1982. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia / EDUSP. AZEVEDO, E. B. 1990. *Arquitetura do Açúcar*. São Paulo, Nobel.
- BRACANTE, E. 1981. *O Brasil e a Cerâmica Antiga*. São Paulo, Cia. Litographica Ipiranga.
- CAMPOS, J. S. 2006. *Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Ilhéus, Editus.
- CARDIM, F. 2000. *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (transcrição: Ana Maria de Azevedo). Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- COSTA, C. 2005. Materiais construtivos do sítio da primeira Catedral do Brasil: modelos de estudo para telhas, tijolos, cravos e azulejos aplicados aos materiais do sítio da antiga igreja da Sé, Salvador, Bahia. In: *CLIO - Série Arqueológica*, Recife, 19: 43-78.
- COSTA, C. 2008. *Relatório Final do Salvamento e Levantamento Arqueológico Complementar na Rodovia BA-001 (Trecho BR-030 – Itacaré)*. Salvador, MAE/UFBA.
- EDELWEISS, F. G. 1958. As primeiras igrejas, as casas dos jesuítas, o muro e as portas setentrionais da cidade de Tomé de Souza. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, 82:3-29.
- ETCHEVARNE, C. 2000. O indígena e o colonizador. Documentos arqueológicos acerca do contato, em Porto Seguro. In: *Catálogo da Exposição O Índio Nós*. Lisboa, Museu Arqueológico de Lisboa.
- ETCHEVARNE, C. & MACÊDO NETO, C. 2000. *Mapeamento de Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Baiano (MAS)*, vol. 02. Salvador, MAE/UFBA.
- FERNANDES, L. 2007. *Relatório Final do Resgate e Monitoramento Arqueológico na Rodovia BA-001 (Camamu – BR-030)*. Salvador, MAE/UFBA.
- FERNANDES, L. & COSTA, C. 2006. *Relatório Final. Diagnóstico e Levantamento Arqueológico na Rodovia BA-001 (Camamu – Itacaré)*. Salvador, MAE/UFBA.
- FREIRE, F. 1998. *História Territorial do Brasil*. Salvador, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.
- FREIRE, G. 1944. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- GANDAVO, P. M. 1980 [1576]. *Tratado da Terra do Brasil*. São Paulo, EDUSP.
- GARCEZ, A. 1992. O fundo das 12 léguas – sesmarias doadas por Mem de Sá aos Padres Jesuítas. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, 90: 39-43.
- GOMES, G. 2006. *Engenho e Arquitetura*. Pernambuco, Editora Massangana.
- GUIMARÃES, C. M.; REIS, F. M. M.; SILVA, F. C. O. & SANTOS, R. B. C. 2003. Os Engenhos de Serra da Mesa – Goiás. In: *Anais do XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Arqueologias da América Latina* (CDROM). São Paulo, SAB.
- GUIMARÃES, C. M.; CRUZ, G. H. T.; CAMPOS, L. C. M. 2005. Arqueologia dos Engenhos de Cana do Médio Jequitinhonha (Minas Gerais – Brasil / Séculos XVIII – XX). In: *Anais do XIII Congresso da SAB: Arqueologia, Patrimônio e Turismo* (CD ROM). Campo Grande, SAB.
- IBGE 1957. *Enciclopédia dos Municípios. Volumes 20 e 21*. Rio de Janeiro, IBGE.
- LEITE, S. 1945. *História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo V*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro / Livraria Portugal.
- SCHIFFER, M. B. 1972. Archaeological context and systemic context. *American Antiquity*, 37 (2): 156-165.
- SCHWARZT, S. B. 1995. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SIMONSEN, R. C. 1978. *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. São Paulo, Companhia Editora

FERNANDES, L.A.; COSTA, C.A.S.

Nacional.

SOARES DE SOUSA, G. 2000 [1587]. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana.

TOCCHETTO, F. B.; SYMANSKI, L. C. P.; OZÓRIO, S. R.; OLIVEIRA, A. T. D. & CAPPELLETTI, A. M. 2001. *A Faiança Fina em Porto Alegre: Vestígios Arqueológicos de uma Cidade*. Porto Alegre, EU/Secretaria Municipal da Cultura.